

Noticiar mais de 1% (um por cento) de expansão econômica no período é coisa de amigo. Do peito. Parceiro. O bom número é o 0,5% (meio por cento) apurado pelo emprego da metodologia aplicável, com o ajuste do método, algo a colocar a figura na casa máxima dos 0,7% (sete décimos por cento). Além de nada impactante ou digno de menção, especialmente festiva, isso é inexpressivo quanto à melhora do nível estável do emprego, não contemplando interpretações otimisticamente enganadoras; quem é do ramo e não é mal-intencionado ou preguiçoso nas análises sabe, o que está ocorrendo na Economia brasileira não exprime tendência. Qualquer balanço do barco ou escorregão provocará imediato retorno às figuras vermelhas. Economicamente falando, um movimento apenas pode ser interpretado como tendência quando a série é histórica e sustentada por fundamentos robustos não sujeitos a modificações de curto prazo. No Brasil de hoje tudo é incerto e imprevisível. Uma greve de 15 (quinze) dias, alcançados os seus objetivos de impacto econômico, seria um jato frio nessa ilusória e enganadora fervura. Com a reforma trabalhista que está aí e a insatisfação geral ameaçando aumentar o vozerio e o tom, entre outras razões, a hipótese não é tão remota assim.

As articulações para 2018 já começaram, ao contrário do que foi declarado de início; o encontro com a “verdadeira verdade”, segundo princípio estabelecido, precisa ser atirado ao tempo, adiado ao máximo para jogar com a possibilidade do esquecimento ou atenuação dos traços. Problema: Passe o que passar, foi tudo gravado e não há interpretação benevolente possível. Terem sumido com os pupilos, especialmente com o maior magarefe do país não ajudará em nada; qualquer deles que aparecer tentando mudar o que está feito, dito e gravado vai comprometer-se ainda mais, expondo-se a penas mais duras por tentar enganar o Judiciário por meio de ingênua má-fé, um atentado contra a dignidade do país, das Instituições, da Justiça.

Além da facilitação do trabalho escravo, viva o empregador, o travo amargo da insegurança para o trabalhador, salve o ganho de capital, abaixo o trabalho. As reformas são um negativo consenso geral. Com a reforma trabalhista, no ar um enxame de problemas. A Justiça do Trabalho, ainda mais esvaziada, está manietada relativamente à inconstitucionalidade da estrutura e cláusulas dos acordos e convenções coletivas de trabalho, os Sindicatos anulados. Será fácil burlar as execuções de sentenças trabalhistas, bastará esconder patrimônio por breves 2 (dois) anos e a prescrição intercorrente será decretada. Já há um número enorme de execuções pronto para ser catapultado ao espaço, ao vazio das inexigibilidades, das inexecuções, nenhum apreço pela irretroatividade da lei nova. Paira no ar um certo odor de baderna, isto dito para não se privilegiar a linguagem crua, antes beneficiando-se civilizadamente a linguagem técnica com a expressão insegurança jurídica, a grande meta dos baderneiros há cerca de 3 (três) anos instalados do patrimônio das coisas sérias deste país. Ninguém sabe nada *in concreto*; para ser exato, a incerteza dá o tom em todos os acordos da açodada e esquisita reforma

trabalhista. O blog já fez a pergunta: Desde quando inconstitucionalidades, aliadas a uma frenética eliminação de direitos é modernidade? A relação de potenciais problemas é extensa, tudo é dúvida jurídica e, quer queira, quer não, a truculência encerrada na expressão “legalismos” precisa entender de uma vez por todas que uma Sociedade decente não consegue conviver com inconsistências constitucionais e jurídicas provocadas por quem tem como guia o poder pelo poder e precisa fugir da estabilidade jurídica que certamente não poupará o avoengo hábito de ignorar a lei, colocar-se acima dela em suas iniciativas e ações. Todas elas!...

